

## A questão étnica e/ou racial no espaço: a diferença no território e a geografia

Alex Ratts<sup>1</sup>

### RESUMO

Com base em uma trajetória de estudos e pesquisas, de leituras, observações e intervenções, o principal objetivo impresso neste artigo é problematizar o lugar epistemológico da questão etnicorracial na ciência geográfica, a partir de sua modernidade-colonialidade, tendo em vista a sociedade brasileira no sistema-mundo, com foco nas coletividades negras, por vezes referenciando quilombolas e indígenas. No escopo do artigo, inicialmente abordo a geografia como uma ciência moderna-colonial, cuja narrativa de formação pouco a vincula à colonização e ao colonialismo e, menos ainda, à questão racial. Prossigo tecendo considerações acerca de raça e etnia no quadro do sistema-mundo moderno-colonial com foco em autores franceses. Na sequência, indico duas tendências de geógrafos/as brasileiros/as: 1. Aqueles e aquela que vislumbraram a questão étnica e/ou racial, mas não enveredaram por ela; 2. Aqueles e aquelas que trabalham diretamente com a questão, pautando inclusive sua identificação com o campo. Por fim, me detenho em alguns apontamentos para pensar as questões da diferença – étnicas e raciais – como pauta de estudos geográficos, tendo em mente transformações sociais e deslocamentos epistemológicos.

Palavras-chave: questão etnicorracial, diferença, território, geografia

## The ethnic and / or racial issue in space: the difference in territory and geography

### ABSTRACT

This paper is based on a group of studies, researchs, readings, observations and interventions. The main aim is to problematize the epistemological place of the ethnic and racial question in geographic science based on its modernity-coloniality and considering the Brazilian society in the world-system - focusing on black collectivities, quilombolas and indigenous peoples. I initially approached geography as a modern-colonial science, whose narrative of formation has little connection with colonization and colonialism and, even less, with the racial issue. Next, I make considerations about race and ethnicity within the framework of the modern-colonial world-system, the focus is given on French authors. In the sequence, I indicate two tendencies of Brazilian geographers: 1. Those that glimpsed the ethnic and/or racial issue, but not discussed it; 2. Those who work directly with the themes and identified themselves with the field of research. Finally, I summarise some points to think about the issues of difference - ethnic and racial - as an agenda for geographic studies for social transformations and epistemological displacements.

**Keywords:** ethnic and racial issue, difference, territory, geography.

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia Humana e doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, com estágio pós-doutoral em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais / Universidade Federal de Goiás / ratts@ufg.br

## Introdução

Com base em uma trajetória de estudos e pesquisas, de leituras, observações e intervenções, o principal objetivo impresso neste artigo é problematizar o lugar epistemológico da questão etnicorracial na ciência geográfica, a partir de sua modernidade-colonialidade, tendo em vista a sociedade brasileira no sistema-mundo, com foco nas coletividades negras, por vezes referenciando quilombolas e indígenas.

No escopo do texto, inicialmente abordo a geografia enquanto uma ciência moderna-colonial, cuja narrativa de formação pouco a vincula à colonização e ao colonialismo e, menos ainda, à questão racial. Prossigo tecendo considerações acerca de raça e etnia no quadro do sistema-mundo moderno-colonial com foco em autores franceses. Na sequência, indico duas tendências de geógrafos/as brasileiros/as: 1. Aqueles e aquela que vislumbraram a questão étnica e/ou racial, mas não enveredaram por ela; 2. Aqueles e aquelas que trabalham diretamente com a questão, pautando inclusive sua identificação com o campo. Por fim, me detenho em alguns apontamentos para pensar as questões da diferença – étnicas e raciais – como pauta de estudos geográficos, tendo em mente horizonte transformações sociais e deslocamentos epistemológicos.

No que tange aos tópicos formais do artigo, o recurso à citação aparece reiteradamente, observando a diversificação de autorias: europeias e brasileiras, negras, quilombolas, indígenas e outras que não são racial ou etnicamente identificadas.

## A geografia – ciência moderna-colonial – e as questões etnicorraciais

As narrativas mais correntes no Brasil acerca da formação da geografia científica a vinculam à modernidade e a processos como as circum-navegações europeias, a apropriação de terras e territórios e a progressão filosófica e científica, com pouca ênfase na colonização e quase nenhuma na racialidade. Esse é o caso de Moraes (1989a), centrado na gênese da geografia na Alemanha onde teriam havido condições – econômicas, políticas e filosóficas – para este desenvolvimento, expandindo-se para o sistema-mundo: “O pensamento mais fundamental da Geografia moderna era o conhecimento efetivo de todo o planeta, isto é, que o ‘mundo conhecido’ atingisse a

extensão total da Terra” (p. 17). Tal elaboração se dá na confluência de uma outra: “a busca de uma explicação racional do mundo, no bojo da qual se constituem as ciências modernas” (p. 21).

O autor, partícipe do “movimento de renovação” da geografia ou “virada crítica”, considera, de maneira retórica, a Geografia tradicional como algo superado (p. 206). No entanto, também reconhece que nenhuma transformação é abrupta e nenhuma recobre o saber-fazer científico inteira e homoganeamente. Em coletânea de ensaios publicada na mesma data, a ampliação do repertório temático de pesquisa do autor para o que ele conceitua enquanto “ideologias geográficas” (MORAES, 1989b) – discurso, cultura e política – indica outros delineamentos, ainda que mantendo um sentido único da história:

O quadro cultural e político em que nos movemos hoje é bem mais difuso. As matrizes de pensamento mais diversificadas. A estrutura social mais complexa. O Brasil atual representa a convivência associada de relações sociais de temporalidades distintas, se tomadas na perspectiva da história universal. (p. 142)

Ao constatar que mudanças no mundo das ideias são acompanhadas de recalcitrâncias, a exemplo da permanência das teses racistas no Brasil dos anos 1930 e seguintes, Moraes identifica que se trata de um “lento processo de transição” (1989b, p. 141) em que se processa a combinação contraditória entre o moderno e o colonial: “O atraso e o progresso convivendo no mesmo espaço, reproduzindo-se pelas mesmas estruturas. Aos problemas da ‘herança colonial’ se sobrepõem, em nossas metrópoles ao menos, os processos fragmentadores próprios da modernidade” (p. 141-142). Cabe notar que, para o autor, os elementos da modernidade se concentram no espaço metropolitano. Escrevendo à mesma época, tendo por foco o movimento ecológico face a outros movimentos sociais e às ideias de natureza e de ciência, Porto-Gonçalves (1989) coloca em pauta a visão de um saber científico que não é inquestionável, nem mesmo “definitivo ou imortal” (p. 37). O autor indica alguns pressupostos científicos modernos: a oposição homem e natureza, a oposição sujeito e objeto e o paradigma atomístico-individualista. Ainda que o primeiro ponto seja bastante questionado, a separação entre ciências se mantém, não precisamente entre “humanas” e “naturais”. No caso da

geografia persiste nos departamentos, institutos ou faculdades uma separação efetiva ou presumida entre “humana” e “física”. O segundo ponto será abordado mais à frente. No tocante ao atomismo-individualismo, o autor, em seu livro compósito – ensaio e manifesto político – traz um caso esquemático que exige reflexão acerca dos limites sociais da ciência. Em princípio, empresários e “caboclos” veem a floresta amazônica de maneira distinta e com implicações desiguais. Se o ponto de vista empresarial é o proeminente, determinadas soluções técnicas serão empregadas. Sendo um campo político, pode prevalecer o ponto de vista dos “caboclos” e outras soluções técnicas devem ser utilizadas (PORTO-GONÇALVES, 1989).

Gomes (1996) é sintético a o caracterizar a modernidade: “três elementos fundamentais são recorrentes no discurso que apresenta o fato moderno: o caráter de ruptura, a imposição do novo e a pretensão de alcançar a totalidade” (p. 48). O autor amplia esse horizonte temático e indica a formação de um “território da modernidade”:

As condições para a constituição de um território da modernidade nasceram simultaneamente em vários em diversos pontos da Europa Ocidental: no sul da Inglaterra, no eixo do Reino da Alemanha, no nordeste da França. Os novos tempos nutriram-se sobretudo da atmosfera dos grandes centros urbanos Paris, Londres e Amsterdã. Neste sentido, a modernidade possui um caráter cosmopolita patente que, à luz da nova ordem que ela mesma vai fundar, não cessará de expandir. (GOMES, 1996, p. 53)

O uso de termos incertos como “atmosfera” e o tratamento da modernidade enquanto um ente prejudicam a compreensão das tramas sociais e espaciais em tela. Em se tratando de um espaço articulado no capitalismo, o andamento das atividades é combinado, diferenciado e desigual no sistema-mundo moderno-colonial. A simultaneidade dos processos considerados avançados na virada do século se dá, por exemplo, em combinação com o trabalho escravo ou feito em situações aviltantes e há ainda a pilhagem da arte africana ou do marfim. De meados do século XIX à década de 1940, nas grandes cidades europeias e em outras, foram realizadas exposições denominada de “universais” ou “coloniais” que apresentavam elementos do desenvolvimento técnico e tecnológico e também conjuntos de pessoas pertencentes a grupos étnicos advindos do mundo colonizado, com simulacros de seus ambientes e atividades. Esse “espetáculo” é correlato à formação e difusão de teorias raciais e

racistas voltadas para corpos negros, amarelos e indígenas, alguns vistos mais próximos da natureza que da cultura. Essa contradição aparece em um dos poucos trechos do trabalho do autor que mencionam populações tradicionais ou autóctones:

O fundamento de uma “natureza humana”, uniforme e geral, também operou no sentido de permitir a eclosão de novas escalas espaciais de identificação. Existem diferenças significativas entre a sociedade europeia e as tribos indígenas – que começavam a ser conhecidas como gênero de vida – mas sob essas formas exóticas esconder-se-iam valores comuns a todos os homens. As diversas sociedades são tantas quanto as etapas de “civilização” que figuram num eixo unilinear de desenvolvimento. Todavia, somente aos mais “civilizados” “é dado o poder de reconhecer dentro a diversidade uma natureza comum (GOMES, 1996, p. 54).

As teorias evolucionistas contidas nessas concepções marcam a formação da antropologia, geografia e sociologia, assim como da biologia e não podem ser consideradas fora do quadro entremeado, desigual e violento do sistema colonial.

Ao repensar as fronteiras do que é a modernidade, Hissa (2002) aciona as noções de “mito” e de “primitivo” e tenta relativizá-las com a perspectiva “da ciência”, sem no entanto, alterar as fronteiras, mesmo que as considere móveis. Cabe indagar por que ele reitera os termos “primitivo” e selvagem”, sem indicar a quem está se referindo (a populações tradicionais?). O autor, por sua vez, tece críticas ao encastelamento “da ciência”, por se tornar separada da ação e usar uma linguagem hermética: “Conduzida pelos paradigmas da modernidade, a ciência supõe produzir a ruptura entre paixão e objetividade racional, entre desejo e método, entre medo e segurança.” (p. 55). Cabe mencionar a separação entre saber e agir, conhecimento e prática, sujeito e objeto.

É preciso lembrar que essas dicotomias têm intenção analítica, mas, no entanto, se confrontam com os saberes e fazeres de grupos étnicos e populações autóctones. O autor imagina relações entre campos separados: “A objetividade, tomada como atributo equivalente à perspicácia, à obstinação, à capacidade de articulação intelectual, certamente não exclui a imaginação, a poesia, a emoção (...)” (p. 60). Ao definir brevemente a modernidade, Hissa (2002) não menciona diretamente o termo colonização e nem o processo escravista:

(...) origens ou marcos pós-medievais, tempo das explorações intercontinentais, da ampliação do conhecimento dos territórios, dos povos e das descobertas; tempo da gênese da ciência moderna e dos Estados

modernos; tempo da divisão [serial] de tarefas, da ampliação da produtividade e da produção; tempo histórico da expectativa de progresso estendido a todos. (p. 62)

Determinado fetiche com a modernidade se esvai quando há a possibilidade de adentrar os meandros do sistema colonial. Entre o final do século XIX e a segunda guerra mundial, a geografia acadêmica – autores, sociedades científicas, universidades – têm comprometimento com processos modernizantes e colonizadores (ou colonialistas): a segunda colonização na África (comumente chamada de partilha), a dita revolução industrial que compreende arranjos combinados, por exemplo, de fabricação de automóveis e bicicletas na Europa, em dependência com captação da borracha na Amazônia e no Estado do Congo, sob violência (endividamento e confinamento no primeiro caso, impostos, açoites e mutilações no segundo) (COSTA PINTO, 2015); a unificação dos estados-nações europeus, correlacionada com processos como o final do tráfico negreiro, a abolição da escravidão e a imigração europeia e asiática. No campo científico, é o período de formação de áreas do conhecimento com fronteiras disciplinares, sob a regência das sociedades científicas, caso da geografia e da antropologia, também da reformulação e difusão de teorias raciais e do racismo que incidem sobre povos e corpos do mundo colonizado. É a partir desse cenário e com base em determinados aspectos do pensamento decolonial que é possível trabalhar com a noção de moderno-colonial (CIRQUEIRA, 2015), evocando sujeitos – africanos/as, negros/as, indígenas – e suas vozes contra-hegemônicas.

### **Raça e etnia na geografia e no território**

Ao longo de dez séculos denominados comumente de Idade Média, uma vasta consciência espacial recobre a parte do mundo configurada enquanto Europa (LE GOFF, 2005, p. 147-156). São monarquias, reinos e impérios, com várias diferenciações entre si e internas. No século XV, os empreendimentos navegadores, e, na centúria seguinte, o tráfico escravagista, motor do capitalismo mercantil, estão na base da articulação do sistema-mundo (AMIN, 1993).

O território, posto como um conceito a posteriori das relações, possibilita compreender parte significativa dos processos de colonização, da reação de povos indígenas e de

grupos negros com a formação de quilombos no Brasil. Uma das conceituações voltadas para esse quadro foi elaborada por Moraes (2000):

O território é um espaço social que não pode existir, sem uma sociedade que o qualifique, logo inexistente como realidade puramente natural, sendo construído com base na apropriação e transformação dos meios criados pela natureza. Assim, o território é um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga. [...] O território é, portanto, uma expressão da relação sociedade/espaço (p. 18).

Ainda neste horizonte, o autor aponta uma concepção antropológica do território: “Tal leitura assimila o território a um espaço de referência cultural, que se qualifica portanto a um significado a ele atribuído por um dado grupo ou segmento social” (p. 20-21). Moraes insere esta reflexão no campo da identidade societária, da “consciência do espaço” e da “autoconsciência grupal” (p. 21). Um dos autores por ele indicados é Ratts (1996) que desenvolveu estudos geográficos com grupos negros e indígenas com base no método etnográfico tecendo a noção de “territórios etnicamente diferenciados” (RATTS, 2003; 2004). Este outro autor, ao tratar da identidade étnica enquanto processual e irreduzível, reitera a ideia de Moraes: “Esse aparente jogo semântico, em que pesam acepções valorativas dos termos, nos indica que a diferença identifica grupos que por sua vez, com dissemos, qualificam os lugares.” (RATTS, 2003, p. 37).

A formação da América, na perspectiva dos povos e sociedades autodenominados de autóctones, originários, aborígenes, indígenas ou tribais, que conheciam de pequenas a grande extensões do planeta, remete a sequenciadas operações de invasão, conquista, genocídio, semicídio e epistemicídio (respectivamente morte dos símbolos e dos saberes). Krenak (1992) elabora sua concepção em termos territoriais:

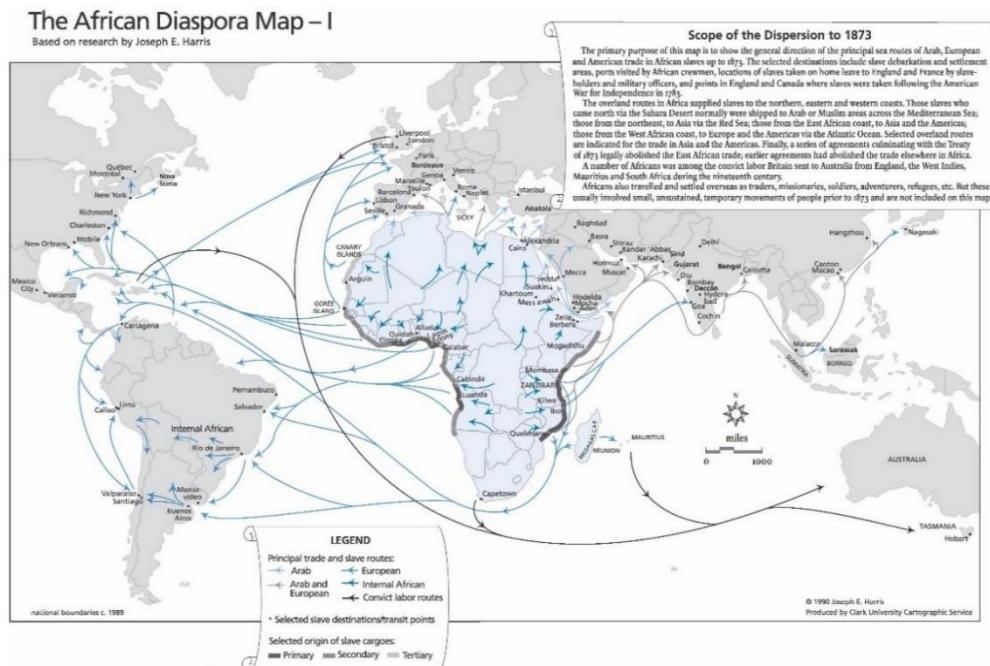
Aqui nesta região do mundo, que a memória mais recente instituiu que se chama América, aqui nesta parte mais restrita, que nós chamamos de Brasil, muito antes de ser “América” e muito antes de ter um carimbo de fronteiras que separa os países vizinhos e distantes, nossas famílias grandes já viviam aqui, são essa gente que hoje é reconhecida como tribos. As nossas tribos. Muito mais do que somos hoje, porque nós tínhamos muitas etnias, muitos grupos com culturas diversas, com territórios distintos. (p. 201)

Moraes (2001), ao tratar da formação social brasileira, considerando que ela constitui uma “história territorial”, distinguindo as diferenciações entre os sujeitos colonizadores, se volta para as populações indígenas e sua consciência do espaço:

(...) não existia Brasil antes do colonizador. Não existia Brasil pré-cabralino, ao contrário do México, que pôde chamar uma história pré-colombiana, pré-colonial, assim como o Peru, a Colômbia. No caso brasileiro, a única coisa que dava unidade a esse espaço era a colonização portuguesa. Não havia uma raiz indígena que amarrasse essa porção de espaço. (p. 107)

Um exemplo contrário e significativo é o dos povos Guarani, atualmente numa soma de mais de 280 mil pessoas que se territorializam e circulam pelo sul da América em quatro países (Argentina, Bolívia, Paraguai e Brasil) e em oito estados brasileiros (Pará, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul) (LIMA, 2012; Conselho Continental da Nação Guarani, 2016). Tendo em vista este e outros casos, vale a ressalva de que o autor era um estudioso da colonização e da formação territorial, mas não das populações indígenas.

África é uma longa construção da antiguidade vista na cartografia colonial, dentre outras fontes, enquanto uma unidade e várias espacialidades diferenciadas (reinos, impérios e povos). A passagem do século XIV para o XV, a contar da chegada do navegador português Diego Cão à foz do rio Congo em 1482 (que abre espaço para relações entre os dois reinos), é o início de uma diáspora africana (Figura 01) que recobre quase todo o planeta. Diante desse cenário é compreensível que na América do Sul e em parte do Caribe existam variadas comunidades negras rurais e urbanas (quilombos, mocambos, *maroons*, *cimarrónes*).

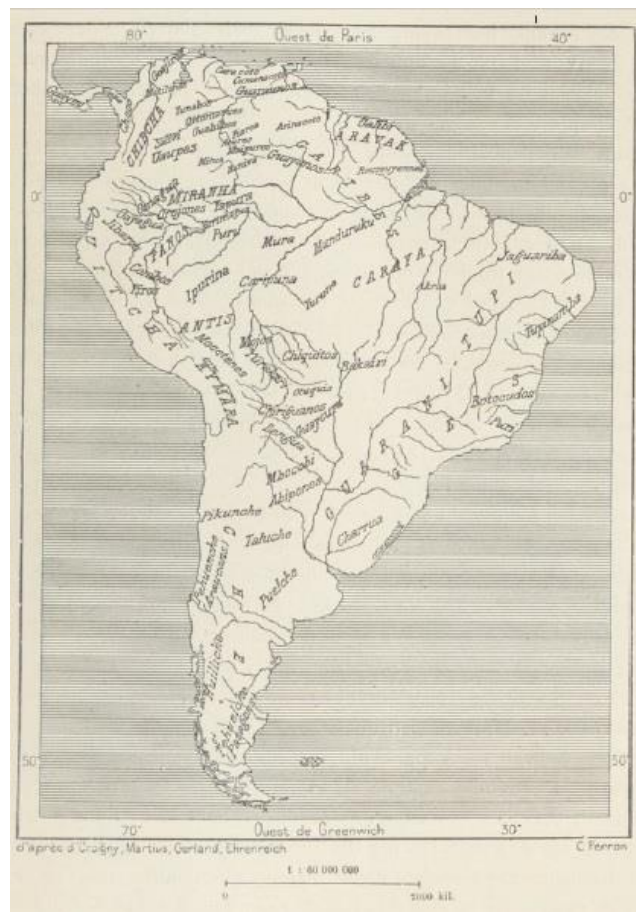
**Figura 01:** Mapa da Diáspora Africana baseado na pesquisa de Joseph Harris

Fonte: Joyner, 2003.

Na virada do século XIX para o XX, uma “geografia imaginativa” (SAID, 1990) foi se constituindo em meio a várias elaborações culturais e seus significados políticos – relatos de viagens, desenhos, gravuras, fotografia, literatura e música – e em conjunto com teorias racialistas, formando uma cartografia racial simplista – Europa/branca, África/negra, Ásia/amarela e América/vermelha (ou ainda amarela e indígena). A relação entre estas classificações e suas espacializações varia, por exemplo, para cada autor ou cartógrafo. Desta maneira, uma “geografia colonial” se constitui, portanto, se coadunando com sua dimensão “moderna”.

Cabe retomar que raças e etnias estavam no interesse de geógrafos (denominados de clássicos), desde Élisée Reclus (1830-1905) e Vidal de La Blache (1845-1918), com suas “enciclopédias universais” e outras obras pontuadas de interesses na diferenciação de lugares e povos, conformando o projeto moderno-colonial geográfico que se assemelha ao antropológico. Na linhagem francesa é possível prosseguir até Max. Sorre (1880-1962) em *L'Homme sur la Terre* (1961). Uma parte desses primeiros geógrafos europeus estava circunscrita aos seus gabinetes e a outra fazia viagens de campo ao mundo colonizado. Tornou-se comum combinar as duas atividades.

Na obra de Reclus (1895), no volume dedicado à América do Sul há um cartograma dos grupos “aborígenes” em 1492 (Figura 2).

**Figura 2:** Grupos principais de populações aborígenes em 1492

Fonte: Reclus (1895, p. 51)

O que se ressalta na figura é a nomeação de alguns povos conhecidos e dispostos em áreas territorialmente significativa: Chibcha, Quechua, Aymara, Aruak, Karajá e Guarani-Tupi. Reclus (1895), crítico da escravidão, assinala diferenças e desigualdades entre indígenas, numa perspectiva evolucionista, posicionando-os entre “selvagens” e “civilizados”, com traços de relativismo, postura que veremos, em certa medida, em La Blache e Sorre:

Várias nações sul-americanas, incluindo Muysca, Quichua, Aymara e outras raças andinas, se elevaram o suficiente para que seu estado social pudesse ser qualificado como "civilização"; [...]

Quanto às populações ditas selvagens, que habitam as florestas do centro e do leste, também têm seu lugar na história do progresso humano, e várias dentre elas estão começando a se associar aos brancos como iguais. Mas a transição de um estado social para outro não pode ser feita sem uma profunda dificuldade. (p. 51-52)<sup>2</sup>

<sup>2</sup> No original : « Plusieurs nations sud-américaines, parmi lesquelles les Muysca, les Quichua, les Aymara et autres races andines, s'élevèrent assez haut pour que leur état social ait pu être qualifié de « civilisation; [...] Quant aux

Ao delinear inicialmente o sentido e objeto da Geografia Humana, La Blache (1922), persona importante para constituição dessa ciência na França, traz a questão da diferença e da diversidade, ainda que sem se referir à dimensão política:

O elemento humano é parte essencial de qualquer geografia; o homem se interessa especialmente pelo próximo e, assim, começou a era das peregrinações e viagens, foi o espetáculo da diversidade social associada à diversidade dos lugares que chamou sua atenção. (p. 03)<sup>3</sup>

O autor se interessa pela relação “homem x meio”, à semelhança de outros geógrafos de sua época. Ao discorrer acerca da correlação entre raças e gênero de vida, La Blache (1922) destaca que em alguns grupos as “marcas da raça” são “mais fortes” que em outros, ressalta que os grupos linguísticos recobrem elementos muito díspares e aponta um cenário que o século vinte conheceria: o reaparecimento de grupos étnicos.

Apesar de tudo, porém, o germe étnico, quando o imaginamos morto, desperta. As misturas não conseguem destruí-lo inteiramente. O que séculos distantes depositaram em nós, reclama assim contra uma tendência à uniformidade em média, que, se prevalecesse, seria no final um resultado bastante triste para o progresso das relações humanas. (p. 117)<sup>4</sup>

O autor faz distinções assimétricas e atribui superioridade ao Norte (Europa e Estados Unidos), o que traz elementos racialistas e permite inseri-lo no horizonte moderno-colonial. O pensamento do autor acerca desse tema é mais extenso e mais denso (CIRQUEIRA, 2015). Dele, cabe reter o interesse na diferença racial e étnica.

Max. Sorre (1961), que pertence a outra temporalidade de formação da ciência e da geografia, pensando esta última em proximidade com a sociologia e a biogeografia, é um dos teóricos a considerar as raças e as etnias no quadro mundial. O autor diferencia racialmente o mundo em negro x branco/amarelo:

---

populations dites sauvages, qui peuplent les forêts du centre et de l'est, elles ont aussi leur place dans l'histoire du progrès humain, et plusieurs d'entre elles commencent à s'associer aux blancs en qualité d'égaux. Mais la transition d'un état social à un autre ne peut se faire sans un trouble profond. »

<sup>3</sup> No original: “L'élément humain fait essentiellement partie de toute géographie; l'homme s'intéresse surtout à son semblable, et, dès qu'a commencé l'ère des pérégrinations et des voyages, c'est le spectacle des diversités sociales associé à la diversité des lieux qui a piqué son attention. »

<sup>4</sup> No original: « Malgré tout, pourtant, le germe ethnique, quand on le croit mort, a des réveils. Les mélanges ne parviennent pas entièrement à le détruire. Ce que des siècles lointains ont déposé en nous, réclame ainsi contre une tendance à l'uniformité par la moyenne, qui, si elle devait prévaloir, serait en fin de compte, un assez triste aboutissement du progrès des relations humaines ».

A principal distinção opõe o grupo das raças equatoriais e das raças boreais, o conjunto dos tipos negróides da África, Sudeste Asiático e Insulíndia (melanodermos), com os tipos amarelos (xantodérmicos) e brancos (leucodérmicos) da Eurásia. Tudo confirma a exatidão das opiniões de Ratzel sobre a oposição desses dois mundos. (p. 08-09).<sup>5</sup>

Sorre estende seu olhar para determinadas áreas do globo, como o Brasil, e reconfirma a dualidade racial do mundo:

Por todo o leste do Brasil, onde a mestiçagem tem sido tão ativa, os caracteres negróides parecem se comportar como personagens recessivos, dominados pelos personagens europóides. Em uma geração, o branqueamento das cidades da costa atlântica será sensível. (...). As coisas acontecem como se estivéssemos caminhando para uma relativa simplificação do quadro etnográfico, com a oposição de dois ecúmenos. (p. 19-20)

Combinando as diferenças raciais e étnicas com a dimensão regional, mantendo alguns aspectos do pensamento lablacheano (a adaptação ao meio) e incorporando um debate de seu tempo, Sorre coteja usar etnia, mais que raça, calcando a primeira na cultura e a segunda na biologia:

A noção de raça não permite, portanto, fundar a individualidade de um grupo. Um complexo cultural desenvolvido ao longo do tempo cimenta sua unidade muito mais do que a comunidade de traços somáticos. A palavra etnia proposta por Montandon seria mais adequada para designá-la do que a palavra raça, cujo uso leva a ambiguidades perigosas. (1961, p. 20)<sup>6</sup>

Damiani (1992) discorre acerca desses temas em Sorre, comenta a relação entre raças e adaptação ao meio, e aponta o problema dessas formulações serem, em grande parte, colonialistas. Na França contemporânea há um debate em curso acerca dos meandros da “geografia colonial” e suas implicações (SINGARAVELOU, 2008)

O término da segunda guerra mundial, marcada pelo holocausto judeu e romani, resultou de tramas próprias das comunidades científicas, a exemplo da noção de raça, posta para os seres humanos, que é suprimida do horizonte da biologia, da geografia, da antropologia e de outras áreas do conhecimento. No Brasil, somente a sociologia das

---

<sup>5</sup> No original: « La distinction majeure oppose le groupe des races équatoriales et celui des races boréales, l'ensemble des types négroïdes de l'Afrique, de l'Asie du Sud-Est et de l'Insulinde (mélanodermes), aux types jaunes (xanthodermes) et blancs (leucodermes) de l'Eurasie. Tout confirme l'exactitude des vues de Ratzel sur l'opposition de ces deux mondes ».

<sup>6</sup> No original : « La notion de race ne permet donc pas de fonder l'individualité d'un groupe. Un complexe culturel élaboré au cours des temps cimente son unité bien plus que la communauté de traits somatiques. Le mot ethnité proposé par Montandon conviendrait mieux pour le désigner que le mot race dont l'emploi entraîne de dangereuses ambiguïtés. »

relações raciais manteve o discurso acerca da questão. Por esta e outras razões, as noções ou conceitos de raça e etnia não foram incorporadas de modo significativo no bojo das viradas crítica e cultural na geografia, nos anos 1970.

É ao final de quase quatro séculos que se constitui a ciência moderna, comprometida com a colonização e o colonialismo, permeada por fronteiras disciplinares e algumas tramas comuns, com base na razão eurocêntrica, branca e capitalista, formuladora da universalidade e buscadora das diferenças fora do espaço europeu, nos lugares e corpos ameríndios, africanos e asiáticos. Porto-Gonçalves (2002) sintetiza esses processos:

Mas antes que passemos a ver nessa razão burguesa, branca e europeia aquilo que através do colonialismo e do imperialismo se impôs ao mundo não europeu negando outras culturas, registremos que lá mesmo na Europa, ela unificou pesos e medidas, impôs uma língua oficial e, assim, ao constituir os Estados Territoriais Modernos, suprimiu as diferenças, negou a alteridade. (p. 380)

Em sentido contraditório, aponto que, na Europa, os povos autodenominados Romani (ou *rom*, *calón* e *sinti* no Brasil), ao contrário da nomeação de *gypsies*, *gitanos* ou ciganos, considerada pejorativa, constituem mais de 300 mil pessoas e, junto com os Sámi, estimados em 80 mil pessoas, distribuídas entre Suécia, Noruega e Finlândia<sup>7</sup> são grupos étnicos pouco ou nada considerados em face da suposta homogeneidade etnicorracial e cultural europeia. Fora isso é necessário ter em conta milhares, senão milhões de imigrantes do mundo colonizado.

### **Raça e etnia na geografia brasileira: algumas anotações**

Os movimentos no campo, que têm uma inflexão nos anos 1950 com as Ligas Camponesas, se reconfiguram na décadas de 1960 e 1970. Processo semelhante acontece no espaço urbano. No mesmo período ou seguinte, os movimentos negros e indígenas se (re)organizam, demandando questões identitárias, territoriais e educacionais.

O texto da Constituição Federal traz a criminalização do racismo, os direitos culturais dos “segmentos étnicos e nacionais brasileiros” ou “diferentes grupos formadores da

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://minorityrights.org/>. Acessado em: 12 out. 2020.

sociedade brasileira” (populares, indígenas, afro-brasileiros). Nele também é previsto o reconhecimento como sujeitos de direitos das comunidades e organizações indígenas, sobretudo no que concerne à terra e à educação diferenciada. Por fim, foi enunciado o direito territorial dos “remanescentes das comunidades de quilombos” (BRASIL, 1988). Estas conquistas têm alguns desdobramentos jurídicos positivos, mesmo diante do confronto com grupos econômicos, políticos e culturais conservadores. Em suma, o texto incorpora a concepção de que o país é multiétnico, multirracial e multicultural e reconhece o direito à diferença, especialmente. Porto-Gonçalves (2007) rememora o cenário:

[...] o direito à diferença ganhará consistência fundamentalmente após a Segunda Guerra Mundial no bojo do processo de descolonização, generalizando a forma geográfica de organização da sociedade política moderna, que é o Estado Territorial (que se faz) Nacional”. (p. 381)

As situações de autoidentificação e reconhecimento estatal acontecem em todos os estados da federação e no Distrito Federal, inclusive em áreas urbanas e metropolitanas, com um número de 280 etnias indígenas e uma estimativa de 5.000 quilombos. Sônia Guajajara (2019) expõe seu pensamento acerca dessa problemática:

A questão da violação dos direitos, do não-reconhecimento étnico, também é um problema que encontramos em diferentes lugares. Os Estados Unidos vivem um problema grande. Dizem que têm direitos iguais, mas não é só direitos iguais que a gente precisa. Somos povos indígenas e queremos ter o direito à diferença também. Esse direito tem de ser reconhecido. (p. 203)

A resiliência dessas coletividades advém, em grande parte, da experiência de enfrentamentos dos processos de modernização, notoriamente violentos, portanto, evitados de colonialismo (urbanização desigual e acelerada, expansão da fronteira agrícola, devastação ambiental, educação padronizada, etc.). Santos (2015) reflete o pensamento e posicionamento que abrange quilombolas, indígenas e camponeses:

[...] Com isso podemos afirmar que a guerra da colonização nada mais é que uma guerra territorial, de disputa de territorialidades. Neste contexto, nós povos contra-colonizadores, temos demonstrado em muitos momentos da história a nossa capacidade de compreender e até de conviver com a complexidade das questões. (p. 97)

No Brasil, a inflexão provocada pelos trabalhos geográficos de referência é posterior à chamada virada crítica (anos 1970) e contemporânea da virada cultural (anos 1990). Três

pesquisadores ligados aos movimentos negros fizeram seus primeiros estudos geográficos na última territorialidade mencionada: um com espaços negros no Rio de Janeiro (CAMPOS, 2005), outro com territórios negros e indígenas no Ceará (RATTS, 1996) e mais um com mapeamentos de quilombos no território brasileiro (ANJOS, 1998/1999). Cabe ressaltar que continuaram sua produção nesses campos.

Em perspectivas distintas Porto-Gonçalves (1989) e Damiani (1992) se referem respectivamente às questões negras e indígenas no horizonte ambiental e às étnicas e raciais no quadro da população. A segunda autora parte das formulações de Henri Lefebvre que tratam da passagem da “particularidade” à “diferença”:

No seio do processo de homogeneização persistem particularidades raciais, étnicas, nacionais, sexuais, enfim, sociais. Particularidades que podem se afirmar no interior de lutas, de contestações, enquanto diferenças reais, na forma da restituição das identidades diferentes. Isso envolve o reconhecimento a esses grupos, de sua vontade coletiva específica, de seu modo de ser, de suas representações do mundo e de seu conteúdo histórico. (p. 98)

A reiteração da diferença crítico aponta que esta compõe o quadro da subalternização, das contradições e dos conflitos em conjunto com a classe, como assinala Martins (1989). No que concerne à questão agrária, lança luz para a apreensão dos segmentos camponeses, indígenas e negros nessa vertente teórica:

A ideia de que as classes subalternas são constituídas pelas classes operárias, pelos camponeses e também pelos povos coloniais tem, hoje ao menos, uma amplitude excessiva. Formulada desse modo, explica pouco, mas sugere uma via de entendimento das relações sociais fora do reducionismo implícito na concepção de classe social. Isso fica claro se nos dermos conta de que cada uma das classes subalternas, e de coletividades tão amplas como os povos coloniais, tem contradições, conflitos e confrontos distintos com o eixo de relações que dá sentido à sua participação no todo do capitalismo. (p. 97-98)

Para o autor, é preciso considerar estes segmentos – classes subalternos e povos coloniais – enquanto sujeitos do conhecimento e da história, portadores de cultura e linguagem, que forjam, inclusive, a formação de movimentos sociais. O foco do problema pode ser outro: “a crise atual não é a crise dos grupos subalternos, mas dos grupos de mediação, grupos de apoio intelectual às lutas populares” (p. 134). Um dos alvos seria “emancipar o outro da condição de *objeto*, por meio da nossa própria

emancipação como intelectuais, da condição de tutores do conhecimento” (p. 137) (grifo do autor).

Neste sentido, quem suscita a pauta das questões etnicorraciais enquanto territoriais são as coletividades colonizadas, mas com posicionamentos descoloniais, decoloniais ou contra-coloniais por meio de vários discursos, inclusive de sua própria intelectualidade negra, indígena e quilombola (LUCIANO et al, 2010; DEALDINA, 2020).

No tocante ao mundo agrário, Fernandes (2005; 2013) reconhece como movimentos socioterritoriais alguns segmentos a partir da tríade camponeses, indígenas e quilombolas. Os outros seriam socioespaciais sem incidência “concreta ou imaterial” no território:

No campo e na floresta, os movimentos socioterritoriais são predominantemente movimentos camponeses, movimentos camponeses-indígenas e movimentos indígenas em luta pela terra e pelo território. Na cidade, os movimentos socioterritoriais são predominantemente os movimentos de sem-teto. Constroem seus espaços e espacializam-se para conquistar o território, promovendo assim a territorialização da luta pela terra e pela moradia. (2005, p. 32)

No espaço rural, horizonte de estudos do autor, essa distinção faz determinado sentido. Vale destacar que as questões étnicas não são temas recorrentes em sua obra. No espaço urbano, além dos sem-teto, há locais racialmente segregados que, por sua vez, podem ressignificar essas denominações e serem considerados e/ou se considerarem, por exemplo, bairros negros ou quilombos urbanos com demandas territoriais próprias. Um levantamento na *web* acerca de “geografia” e “relações étnico-raciais”, apresenta uma pequena quantidade de artigos, dissertações e teses, em parte referidos a localidades ou a campos específicos e, em parte menor, panorâmicos. É possível notar um crescimento, sobretudo na pós-graduação, a partir de 2005, segundo indicam Cirqueira e Corrêa (2014). Um dos direcionamentos se dá para a geografia escolar (SOUZA, 2016). A correlação com as questões de gênero é observada desde os anos 1980, mas, no escopo desse artigo, não há como se deter nesse tema.

Duas tendências teórico-políticas estão em curso, com diferenciações e alguns pontos em comum. Vem do final do século XIX um pensamento negro geográfico ou espacial com antecedentes pouco referenciados como Manuel Querino e Thedoro Sampaio e que alcança estudos de Milton Santos dos anos 1960 a 1980 (CIRQUEIRA, 2010; 2015), passando por intelectuais africanos/as e afro-latino-americanos/as críticos/as da

colonização, do colonialismo e proponentes de uma descolonização. Estas linhagens estão na base das geo-grafias negras, conjunto dos estudos realizado por geógrafos/as negros/as acerca das questões étnicas e/ou raciais (SANTOS, 2020; SOUZA e RATTI, 2017).<sup>8</sup>

Desde os anos 2000, observamos no Brasil a constituição de uma mirada geográfica decolonial que se vincula a tendências da América Latina (PORTO-GONÇALVES, 2002; CRUZ e OLIVEIRA, 2017), com a participação de alguns/umas pesquisadores/as negros/as. Algumas coletâneas agregam autores/as que se identificam ou transitam nos dois horizontes (SANTOS, 2007; 2012).

### **Apontamentos, mais que conclusões**

Para seguir imaginando uma dialogia, mais do que tecer conclusões, considero relevante fazer alguns apontamentos que podem interessar a quem se interessa por trabalhar com as questões étnicas e/ou raciais no âmbito da Geografia e se além aos trânsitos acadêmicos e às transformações científicas em curso.

- Raça e etnia, racismo e segregação podem ser abordadas do ponto de vista da vertente crítica. Há intelectuais marxistas “eurobrancos”, na expressão de Lélia Gonzalez (1988), que observaram as questões raciais, negras e africanas, e pensadores/as “afronegros” do mesmo horizonte teórico e político que as consideram estruturais e vinculadas ao mundo da cultura, da arte e da subjetividade.
- Espaços e expressões culturais negras podem ser tratadas na vertente cultural/humanista, considerando que algumas temáticas foram postas nos eventos e nas publicações desse campo por pesquisadores/as negros/as e brancos/as, a exemplo das religiões de matriz africana, festas afro-brasileiras, geossímbolos negro-africanos e as corporeidades;

---

<sup>8</sup> No espectro anglo-saxão, algumas produções são anteriores a esse período, como a “geografia do racismo” na Grã-Bretanha, tendo em vista a segregação residencial e as políticas sociais (JACKSON, 1987). Outras, exercitadas nos Estados Unidos da América e Canadá, tem foco em espaços e expressões culturais negras e também em gênero e sexualidade (McKITTRICK e WOODS, 2007) sendo contemporâneas da produção brasileira/latino-americana.

- As dimensões referidas ou mencionadas – etnia e/ou raça, racismo e segregação, em correlação com gênero – com devidas adaptações e interesses, cabem nas áreas de ensino, pesquisa e extensão; podem ser inseridas nos estudos urbanos, rurais e de mobilidade espacial, assim como ambientais, cartográficos, geohistóricos e teóricos;
- As questões africanas, negras e quilombolas podem ser compreendidas na multiescalaridade. Um rol significativo de temas pode ser elencado se estendendo do Brasil à África e à América Latina, no caso de quilombos, terreiros e irmandades; das estéticas e corporeidades, interseccionadas com gênero e sexualidade, às poéticas. Cabe uma ressalva: todas podem e talvez devam ser correlacionadas aos processos de desigualdade e de segregação impostos, mas também de identidade territorial;
- As diferenças étnicas e raciais, pré-existentes ao período-moderno colonial, como demonstram as cartas portulanas, as línguas, as formas espaciais, as poéticas – orais, visuais, musicais, escritas e inscritas – e as corporeidades, não se extinguem: se reconfiguram face ao colonialismo ou colonialidade. Marcadas pelas negações e discriminações, a diferença – negra, quilombola, indígena e rom/calón/sinti – perdura por meio de um vasto e intrincado conjunto de sujeitos, vozes, textualidades e espacialidades.

No terreno do saber-fazer geográfico há uma disputa epistemológica acerca dessas questões. Que seja devidamente identificada, reconhecida e abordada, dos estudos às publicações, dos espaços das salas de aula às associações científicas. É preciso que se compreenda que o racismo, combinado com sexismo e classismo, em variadas medidas e com contornos próprios (na Geografia, na Antropologia e áreas afins) está na base da formação da ciência, da disciplinaridade, da composição etnicorracial e de gênero dos departamentos, institutos ou faculdades, dos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação, dos eventos e das publicações.

Tais processos exigem algo que não se restringe a uma área do conhecimento: a ampliação das ações afirmativas (que abrangem mais que a modalidade de reserva de vagas) e levam ao enfrentamento do epistemicídio, reconhecendo e agregando as

autorias e epistemologias negras e indígenas. No entanto, em cada área disciplinar ou departamental esse desenho pode ser elaborado compreendendo especificidades.

É notório que bases sociais e científicas se movem, assim como as coletividades étnicas e raciais. É de movimentos e deslocamentos epistêmicos que se trata.

## Referências

AMIN, Samir. **El Eurocentrismo**: crítica de uma ideologia. Ciudad de México, Siglo XXI Editores, 1989.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Distribuição Espacial das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Brasil. **Humanidades**. Brasília. Vol. 47, 1999, p. 87-98.

\_\_\_\_\_. A Geografia, a África e os negros brasileiros. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Ensino Fundamental, 1999, p. 169-182.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela**: a produção do “espaço criminalizado” no rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **As inscrições da racialidade no pensamento geográfico (1880-1930)**. 2015. 222f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

\_\_\_\_\_. **Entre o corpo e a teoria**: a questão étnico-racial na obra e na trajetória sócio-espacial de Milton Santos. 2010. 159f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; CORRÊA, Gabriel Siqueira. A questão étnico-racial na Geografia Brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações. **Revista da ANPEGE**, [S.l.], Vol. 10, N°. 13, jul. 2014, p. 29-58.

Conselho Continental da Nação Guarani. **Cuaderno del Mapa Guaraní Continental**. Salta, Instituto de Investigación em Ciencias Sociales / Universidad Nacional de Salta, 2016.

COSTA PINTO, João Alberto. O sistema colonial em África em dois estudos de caso: o Estado Livre do Congo (1885-1909) e a Companhia de Moçambique (1891-1925). In: MORAES, Cristina de C. P. et al (Org.) **História e cultura afro-brasileira e africana**. Goiânia, Gráfica UFG, 2016.

CRUZ, Valter do Carmo e OLIVEIRA, Denilson (Org.). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2017.

DAMIANI, Amélia. **População e geografia**. São Paulo, Contexto, 2006 [1992].

DEALDINA, Selma dos Santos (Org.) **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo, Jandaíra, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. 344 f. Tese (Livres-docência em geografia). Vol. 1. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**. Presidente Prudente. Ano 8, N° 6, jan.-jun. 2005, p. 14-34.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000 [1ª. Ed.: 1996].

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, N° 92/93, jan.-jun., 1988, p. 69-82.

GUAJAJARA, Sônia. Entrevista. In: KADIWÉU, Idjahure e COHN, Sérgio (Org.) **Tembetá: conversas com pensadores indígenas**. Rio de Janeiro, Azougue Editorial, 2019, p. 184-205.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. Geo-grafias negras e geografias negras. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. Ed. Especial, abr. 2020, p. 292-311.

HISSA, Cássio E. V. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia da crise da modernidade**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2006 [1ª. Ed.: 2002].

JOYNER, Bryan D. **African Reflections on the American Landscape: identifying and interpreting africanisms**. Washington, National Park Service, 2003.

JACKSON, Peter (Ed.). **Race and Racism: Essays on Social Geography**. London, Allen & Unwin, 1987.

KRENAK, Ailton. Antes o mundo não existia. In: NOVAES, Adauto (Org.) **Tempo e história**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 201-204.

LA BLACHE, Paul Vidal. **Principes de Geographie Humaine**. Paris, Armand Colin, 1922.

LE GOFF, Jacques. **Em busca da Idade Média**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

LIMA, Salvadora Cáceres Alcântara de. **Concepções de natureza e território na visão dos professores Guarani da Escola Indígena de Dourados/MS**. 2012. 211 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

LUCIANO, Gersem José dos et al (Org.) **Olhares indígenas contemporâneos**. Brasília, Centro Indígena de Estudos e Pesquisas, 2010ç

MARTINS, José de Souza. Dilemas sobre as classes subalterna na idade da razão. In: \_\_\_\_\_. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo**. São Paulo, HUCITEC, 1989, p. 97-144.

McKITTRICK, Katherine; WOODS, Clyde. **Black Geographies and the Politics of Place**. Toronto, Between the Lines / Cambridge, South End Press, 2007.

MELO, Rosa. “Nyaneka-Nkhumbi”: uma carapuça que não serve nem aos Handa, nem aos Nyaneka, nem aos Nkhumbi. **Cadernos de Estudos Africanos**. [online], 7/8 | 2005. Disponível em: <https://cea.revues.org/1074>. Acesso em 20 março 2017.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Bases da formação territorial do Brasil: **Geografares**. Vitória. N° 2., junho/2001, p. 105-113.

\_\_\_\_\_. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo, HUCITEC, 2000.

\_\_\_\_\_. **A gênese da geografia moderna**. São Paulo, HUCITEC / EDUSP, 1989a.

\_\_\_\_\_. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo, HUCITEC, 1989b.

Organização Internacional do Trabalho. Convenção Nº 169, de 07 de junho de 1989 (Decreto nº 5.051/2004) sobre povos indígenas e tribais.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro, Lamparina, 2007 [1ª. Ed.: 2002], p. 375-409.

\_\_\_\_\_. De saberes e territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CECEÑA, Ana Ester (Coord.) **De los saberes de la emancipación y de la dominación**. Buenos Aires, CLACSO, 2008, p. 37-52.

\_\_\_\_\_. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, Ana Ester; SADER, Emir (Coord.) **De la guerra infinita: hegemonia e terror mundial**. Buenos Aires, CLACSO, 2002, p. 217-256.

\_\_\_\_\_. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo, Contexto, 1989.

RATTS, Alecsandro J. P. **Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). 210f. Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. A geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTS, Alecsandro J.P. (Org). **Geografia: Leituras Culturais**. Goiânia: Ed. Alternativa. 2003, p. 29-48.

\_\_\_\_\_. As etnias e os outros: as espacialidades dos encontros/confrontos. **Espaço e cultura**. Rio de Janeiro, nº 17-18, jan/dez.2004, p. 77-88.

RECLUS, Élisée. **Nouvelle Géographie Universelle: la Terre et les Hommes**. Vol. XVIII. Amérique du Sud. Paris, Hachette, 1895.

SAID, Edward. **O orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990. [1ª Ed.: 1978].

SANTOS, Antonio Bispo dos. Somos da terra. **Piseagrama**, Belo Horizonte. N° 12, 2018, p. 44 - 51.

\_\_\_\_\_. **Colonização, quilombos: modos e significados**. Brasília, INCTI, 2015.

SANTOS, Mariza Fernandes. A temática racial nas teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em geografia no Brasil (1987-2018). **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. Ed. Especial, abr. 2020, p. 54-77.

SANTOS, Renato Emerson dos (Org.) **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis, DP et ali / Brasília, ABPN, 2012.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o Negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte, Autêntica, 2007.

SINGARAVELOU, Pierre (Org.) **L'Empire des géographes: Géographie, exploration et colonisation (XIX<sup>e</sup> – XX<sup>e</sup> siècle)**. Paris, Belin, 2008.

SORRE, Max. **L'Homme sur la Terre**. Parris, Hachette, 1961.

SOUZA, Lorena Francisco de. As relações etnicorraciais na geografia escolar: desafios metodológicos e pedagógicos. **Produção Acadêmica**. Porto Nacional. Vol. 2, 2017, p. 04-19.

SOUZA, Lorena Francisco de e RATTS, Alex. Escritas e inscrições de geógrafas negras. In: SILVA, Joseli Maria et al (Org.) **Diálogos ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades**. Ponta Grossa, TodaPalavra, 2017, p. 151-166.

XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. **Piseagrama**, Belo Horizonte. N° 14, 2020, p. 110 - 117.